

ÍNDICE GERAL

Prefácio	15
Introdução.....	21
A) Colocação do problema	25
B) Delimitação do âmbito do estudo.	25
C) Alguns esclarecimentos terminológicos	27
C.1) “O homem de trás”	27
C.2) Aparelhos de poder organizados.....	27
C.3) Os <i>bandos</i> e a distinção dos <i>aparelhos de poder organizados</i>.....	30

PRIMEIRA PARTE

O CONCURSO DE PESSOAS NAS LEIS PENAIS DO BRASIL, PORTUGAL, ALEMANHA E ESPANHA. 37

I. Capítulo Primeiro.....	37
1. O concurso de pessoas no Código Penal brasileiro.	37
1.1. O conceito de autor na doutrina e na lei penal brasileira.....	40
1.2. A adequação de uma teoria para distinguir autor do partícipe diante do modelo (indefinido) do concurso de pessoas brasileiro	49
1.2.1. Breve considerações sobre a aplicação da teoria da equivalência das condições no concurso de pessoas e no Direito penal brasileiro	50
1.2.2. A teoria subjetiva aplicada no concurso de pessoas brasileiro.....	56
1.2.3. A teoria material-objetiva.....	60
1.2.4. A teoria formal-objetiva.....	64
1.2.5. A teoria do domínio do fato no concurso de pessoas brasileiro.....	66

II. Capítulo Segundo.....	73
1. A comparticipação no Código Penal português	73
1.1. Considerações gerais	73
1.2. A discussão em torno da figura da instigação: modalidade de <i>autoria</i> ou de participação?	75
2. Considerações gerais sobre o concurso de pessoas no StGB	80
3. Considerações gerais sobre a comparticipação no CP espanhol.....	82

SEGUNDA PARTE

A TEORIA DO DOMÍNIO DO FATO 85

I. Capítulo Primeiro.....	85
1. Considerações gerais sobre a teoria do domínio do fato	85
2. Definição do “ponto de partida metodológico” da teoria do domínio do fato desenvolvido por Claus Roxin.	88
3. Os fundamentos da teoria do domínio do fato e o “conceito aberto de autor”	90
4. Os diferentes critérios para definir o conteúdo da teoria do domínio do fato.....	102
4.1. O critério do domínio negativo do fato: “o poder de interromper a realização do tipo”.	104
4.2. O critério do “poder sobre o fato”	106
5. Definição da natureza da teoria do domínio do fato.....	108
II. Capítulo Segundo.....	115
1. Uma fundamentação normativa diferente da teoria do domínio do fato: as normas de conduta e seus diferen- tes graus de peremptoriedade e urgência. A concepção de Ulrich Stein.	121

TERCEIRA PARTE

O DOMÍNIO DA ORGANIZAÇÃO E AS PRINCIPAIS SOLUÇÕES PARA A DEFINIÇÃO DA AUTORIA DO CHEFE DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS..... 121

I. Capítulo Primeiro.....	121
1. Considerações gerais.	121
2. Os fundamentos tradicionais da autoria mediata e a figura do <i>autor atrás do autor</i>	125
3. Os fundamentos da teoria do domínio da organização e a definição da autoria mediata à intervenção do chefe do aparelho de poder organizado.	131
3.1. A definição da intervenção dos executores materiais do delito.....	137
3.2. A intervenção dos cúmplices nos crimes cometidos pelas organizações criminosas	139
4. Âmbito de aplicação da teoria do domínio da organização..	141
4.1. Os aparelhos organizados de poder estatal. O problema de sua atuação à margem do ordenamento jurídico – <i>Rechtsgelöstheit</i>	142
4.2. As organizações criminosas não estatais – desvinculadas Estado	148
4.3. A aplicação da teoria às atividades empresariais.....	159
4.3.1. O entendimento da jurisprudência	165
4.3.2. O entendimento da doutrina	167
4.3.3. Avaliação crítica	177
5. Breve referência da aplicação do domínio da organização na jurisprudência.....	178
5.1. O caso <i>Eichmann</i>	179
5.2. O caso dos membros do Conselho de Segurança Nacional alemão.....	181
5.3. O caso das Juntas Militares argentinas	184
6. Nossa avaliação crítica.....	186

II. Capítulo Segundo.....	193
1. Considerações gerais	193
2. O princípio da imputação recíproca dos comportamentos dos co-autores.....	194
3. A teoria do domínio funcional do fato.....	198
4. O problema da atuação do co-autor na fase preparatória do crime.....	202
4.1. A definição da lei penal portuguesa	203
4.2. A definição da lei penal alemã	206
4.3. A solução da lei penal espanhola	208
4.4. A (in)definição da lei penal brasileira	209
5. A discussão doutrinária sobre a responsabilidade penal do chefe do bando.....	217
5.1. A solução do problema à partir da teoria subjetiva	217
5.1.1. O critério da subordinação da vontade	218
5.1.2. O critério do acordo prévio.....	220
5.1.3. A co-autoria como um <i>caso especial de autoria mediata</i>	222
5.1.4. O critério da <i>vontade</i> do domínio do fato e o critério da <i>influência da decisão interna determinante sobre o transcurso e o resultado do fato</i>	223
5.1.5. Nossa avaliação crítica.....	226
5.2. A solução do problema à partir de uma teoria objetiva: a negativa da co-autoria em atos preparatórios segundo a <i>teoria objetivo-formal</i>	228
5.3. A solução dada pela teoria do domínio do fato	230
5.3.1. O domínio final do fato e a solução delineada por Hans Welzel	231
5.3.2. A divisão de trabalho por meio de um <i>acordo comum</i> como critério para definir o co-autor	234
5.3.3. O domínio através da <i>superior organização do fato e conhecimento do plano criminoso</i>	238
5.3.4. O domínio coletivo do fato	240
5.3.5. A <i>contribuição essencial</i> para o fato na fase executiva como expressão do co-domínio funcional	242

5.4.	Algumas soluções teóricas fora da teoria do domínio do fato	245
5.4.1.	A teoria da determinação objetiva e positiva do fato	245
5.4.2.	A consideração total dos diversos momentos decisivos do fato para a delimitação da co-autoria.....	248
5.4.3.	O <i>domínio de configuração</i> como fundamento da co-autoria.....	249
6.	Nossa avaliação crítica.....	253
 III. Capítulo Terceiro		263
1.	A definição da instigação como solução da responsabilidade criminal do chefe dos aparelhos de poder organizados	263
2.	Nossa avaliação crítica.....	267
 IV. Quarto Capítulo.....		271
1.	A solução preconizada pelo modelo unitário de autoria	271
2.	Nossa avaliação crítica.....	274
 <u>QUARTA PARTE</u>		
 Conclusões.....		281
Referências bibliográficas		287